

## FOME E PANDEMIA: ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO<sup>1</sup>

Marina Gusmão de Mendonça<sup>2</sup>

“Não é doença, é fome”  
(BENITES, 2021)

**Resumo:** A pandemia de Covid-19 agravou sobremaneira as condições de trabalho e sobrevivência da população brasileira. A falta de atenção por parte do governo federal às famílias mais atingidas pelos efeitos econômicos da crise sanitária elevou a questão da insegurança alimentar a patamares de tragédia humanitária. Nesse contexto, é extremamente atual o pensamento de Josué de Castro, médico, nutrólogo e geógrafo de renome internacional que, ao longo de sua vida, não se cansou de alertar para os problemas decorrentes da fome e de apontar as soluções para a eliminação do flagelo, que se apresenta de forma inequívoca nesses tempos sombrios.

**Palavras-chave:** Fome; Pandemia; Insegurança Alimentar; Josué de Castro

**Abstract:** The Covid pandemic greatly aggravated the working conditions and survival of the Brazilian population. The lack of attention on the part of the federal government to the families most affected by the economic effects of the health crisis raised the issue of food insecurity to levels of humanitarian tragedy. In this context, the thinking of Josué de Castro, a doctor, nutritionist and geographer of international renown, who throughout his life, was not tired of alerting to the problems arising from hunger and pointing out solutions for the elimination of the scourge, is extremely current, which presents itself unequivocally in these dark times.

**Keywords:** Hunger; Pandemic; Food Insecurity; Josue de Castro

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado nos Anais do XXI Forum de Análise de Conjuntura, realizado entre 5 e 9 de julho de 2021, e promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP) – campus de Marília, e pelo Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP) – campus de Osasco.

<sup>2</sup> Bacharel em História e Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em História Econômica pela FFLCH-USP; possui Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela FFC-UNESP (campus de Marília); Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP (campus de Osasco); Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-UNESP (campus de Marília); Pesquisadora Convidada da Cátedra J. Castro/USP (Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis) - endereço eletrônico: mgmendonca@unifesp.br.

## 1. Introdução

O médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro dedicou sua vida à luta contra a fome. Ao começar sua carreira no Recife, ainda nos princípios da década de 1930, trabalhou numa fábrica, que o contratou para que encontrasse soluções que permitissem o aumento da produtividade. No entanto, ele logo constatou a indigência em que viviam os operários, o que resultou numa pesquisa sobre as condições de vida da classe trabalhadora na capital pernambucana (CASTRO, 1935), a primeira desse tipo feita no país, e que serviria de fundamento para outras conduzidas em diversas cidades. Anos depois, todos esses estudos constituiriam uma das bases para a implantação do salário mínimo, em 1942, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Sobre esse período, recordou mais tarde:

No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões. “Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença dessa gente... é fome”. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal” (SILVA, 1998, p. 50).

Esse episódio, ocorrido há quase um século, é tragicamente atual, como se pode ver do título da reportagem publicada no jornal espanhol *El País*, em 24 de maio de 2021. Nela, o jornalista Afonso Benites relata diversos casos recentes ocorridos no Distrito Federal, onde moradores das cidades-satélites de Brasília procuram postos de saúde para se consultar sobre os males de que estão padecendo e os sintomas que estão sentindo. E os médicos e enfermeiros constataam, impotentes, que tudo o que os pacientes relatam não se refere a nenhuma doença, mas pura e simplesmente à fome.

E a tragédia é ainda maior quando consideramos que, há poucos anos, o Brasil, país a que Josué de Castro dedicou grande parte de sua vida e de sua obra, conseguira finalmente sair do mapa da fome. De fato, conforme o relatório de 2014 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil cumprira as metas de diminuir pela metade a parcela de sua população que padecia de fome (FAO, 2014). Segundo o relatório, entre 2002 e 2013, o país reduziu em 82% a população em estado de subalimentação. Além disso, de acordo com o Indicador de Prevalência de Subalimentação, o Brasil conseguira atingir um nível inferior a 5%, o que a FAO considera como eliminação do problema da fome (BRASIL. Secretaria..., 2014).

Nesse texto, procuraremos apontar os fatores que permitiram a reversão das condições existentes em 2014, e que levaram à situação atual, que condena à fome cerca de 19 milhões de brasileiros, e mantém quase 120 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar.

## 2. A reversão das políticas de combate à fome a partir de 2016

No relatório de 2014, a FAO aponta os fatores que contribuíram para que o Brasil pudesse sair do mapa da fome. Segundo a instituição, a vitória nessa luta deve ser creditada a: 1) aumento da oferta de alimentos, o que permitiu que em 10 anos a disponibilidade de calorias para a população aumentasse 10%; 2) elevação da renda dos mais pobres, a partir do aumento de 71,5% do salário mínimo e a criação de 21 milhões de empregos; 3) o Programa Bolsa Família, que passou a beneficiar 14 milhões de famílias; 4) o programa da Merenda Escolar, que proporcionou refeições para 43 milhões de crianças e jovens; e 5) a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (BRASIL, Secretaria..., 2014); 6) estabelecimento de prioridades políticas e orçamentárias em relação às necessidades; e 7) fortalecimento da agricultura familiar por meio de créditos e compras públicas (CAMPELLO, 19/7/2021, p. 16).

Todas essas conquistas começaram a ser revertidas a partir de março de 2014, com o início da Operação Lava Jato, que levou a um processo de desmonte de grande parte de nossas maiores empresas e à piora do índice de desemprego no país. A questão se agravou em 2015, no começo do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, quando, a partir da não aceitação do resultado das eleições presidenciais de outubro de 2014 pela oposição, o Brasil entrou numa crise política de proporções gravíssimas. A seguir, a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2015, criou as condições para um conflito sem precedentes, que acabou por conduzir ao golpe de Estado de 2016, e à substituição da presidente eleita pelo vice-presidente, Michel Temer.

Imediatamente iniciou-se a implantação no país de uma pauta ultraneoliberal, que levou à piora de todos os indicadores sociais. Como bem apontado no relatório *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil*, publicado pela *Food for Justice Working Paper Series* em 2021,

Este período é marcado por mudanças na agenda pública, baseadas na flexibilização e depreciação de direitos sociais consagrados (..) e no sistemático enfraquecimento de políticas e programas voltados à diminuição das desigualdades sociais (...), sob a justificativa da austeridade fiscal. A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GALINDO; TEIXEIRA; ARAUJO; MOTTA; PESSOA; MENDES; RENNÓ, 2021, p. 3).

Essas mudanças teriam efeitos extremamente danosos no que diz respeito ao emprego, à renda e, conseqüentemente, às condições de segurança alimentar da população. Para se ter ideia, e no que se refere à taxa de desocupação, em dezembro de 2014 esta era de 6,5%. Passou para 8,9% em dezembro do ano seguinte, para 11,2% em maio de 2016 (quando se deu o afastamento de Dilma Rousseff), e para 11,6% ao final do mandato de Michel Temer. Esses índices continuaram a subir com a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, em janeiro de 2019, atingindo 12,7% em março daquele ano. Caíram um pouco ao longo de 2019, mas em dezembro de 2020 chegou a 13,9%. No início da pandemia de COVID-19, em março de 2020, estava em 12,2%, mas ao final do ano chegou a 13,9%. Finalmente, em fevereiro de 2021, quando a pandemia completou 12 meses, o nível de desocupação afetava 14,4% da população economicamente ativa (IBGE, 2021).

Do mesmo modo, a pobreza extrema aumentou 2% entre 2014 e 2019, atingindo neste ano cerca de 13,7 milhões de brasileiros (FOLHA DE S. PAULO, 12/11/2020), o que só tendeu a piorar com o início da pandemia em 2020, tendo em vista o conseqüente agravamento da crise econômica, com o fechamento de inúmeras empresas e atividades. O chamado auxílio emergencial reduziu um pouco o impacto da crise nas condições de sobrevivência da população, mas não foi capaz de reverter o quadro de agravamento da miséria. De fato, pago a partir de abril de 2020 em até 9 parcelas, sendo as 5 primeiras de R\$ 600,00 (correspondentes a US\$ 3,66/dia), e as quatro últimas de R\$ 300,00 (correspondentes a US\$ 1,93/dia) (ISTO É DINHEIRO, 27/11/2020), e considerando-se que destinava-se a famílias inteiras, o valor estava muito abaixo daquilo que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD) considera como o limite da extrema pobreza, estabelecido pela instituição em 2015 em US\$ 1,90/dia/pessoa (ONU NEWS, 5/10/2015). O compromisso de pagamento por parte do governo se encerrou em 31 de dezembro de 2020. Somente em março de 2021 foi editada a

Medida Provisória nº 1.039, que recriou o auxílio emergencial, mas limitado ao máximo de R\$ 250,00 (correspondentes a US\$ 1,48/dia) (DOU, 18/3/2021), isto é, muito abaixo daquilo que o BIRD considera a linha da pobreza extrema.

Evidentemente, esses dados apontam para uma situação gravíssima, em que a fome ou a insegurança alimentar passaram a atingir milhões de pessoas em todo o Brasil. E os resultados apresentados no *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil*, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), corroboram totalmente essa hipótese.

Como se pode ver do relatório, os efeitos da pandemia atingiram em cheio as condições de vida, trabalho e alimentação em todo o Brasil. Segundo os dados apurados, em todo o país, 19% das pessoas foram afetadas com a perda de emprego por parte de algum membro da família, 49,7% foram atingidas pela redução da renda domiciliar, 32,6% tiveram necessidade de pedir auxílio financeiro a algum parente ou amigo, 27,7% se endividaram, 52,1% precisaram reduzir gastos com despesas essenciais e 54,6% realizaram cortes em despesas não essenciais (MALUF, 2021, p. 32). Os dados também apontam para o fato de que, dentre aquelas pessoas atingidas pela perda de emprego de algum membro da família, 40,2% sofrem com insegurança alimentar leve, 19,8% padecem de insegurança alimentar moderada, e 19,8% passam por insegurança alimentar grave. No que tange à redução de renda domiciliar, os números são de 40,1%, 17,9% e 13,6%, respectivamente. Relativamente ao endividamento dos moradores, os dados são de 39%, 23,1% e 19,5%, respectivamente. Por fim, no que diz respeito à necessidade de corte de gastos em despesas essenciais, o resultado foi de 42,5%, 17,9% e 14%, respectivamente (MALUF, 2021, p. 44).

Quanto ao número de moradores no domicílio, os dados do inquérito mostram que 34,7% sofrem com insegurança alimentar leve, 11,5% são atingidos por insegurança alimentar moderada e 9% padecem de insegurança alimentar grave. Isto significa que, em todo o Brasil, apenas 44,8% dos habitantes têm a garantia de uma alimentação suficiente e saudável de maneira permanente (MALUF, 2021, p. 57). Como bem ressaltado no relatório,

A crise econômica, que já vinha revertendo o sucesso alcançado até 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada, ganhou impulso negativo maior em 2020 com o advento da pandemia, apesar da permanência de alguns programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, e a criação do auxílio emergencial com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia sobre o emprego e renda. A comparação dos níveis de SA/IA entre a POF de

2018<sup>3</sup> e o presente inquérito do VIGISAN mostra a gravidade da superposição da crise econômica e crise sanitária em todo o território nacional, sem uma adequada resposta advinda da política pública (MALUF, 2021, p. 49).

Em termos comparativos, o relatório mostra que a insegurança alimentar grave, que havia caído de 9,5% em 2004 para 4,2% em 2013, passou para 9% em 2020. Já os dados relativos à insegurança alimentar moderada são de 12%, 6,1% e 11,5%, respectivamente. Por fim, no que se refere à insegurança alimentar leve, os números apresentados são muito mais significativos: 13,8%, 12,6% e 34,7%, respectivamente (MALUF, 2021, p. 49). Ou seja:

(...) a Insegurança Alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004. Mais que isso, foi anulado, para parcela significativa da população brasileira, o sucesso obtido entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos (...) (MALUF, 2021, p. 52).

De acordo com o relatório apresentado pela *Food for Justice*, essa piora se deveu às restrições orçamentárias e aos retrocessos institucionais verificados a partir de 2016, que abrangeram, entre outros fatos, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e a falta do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que estabelece o planejamento e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), provocando o agravamento das condições de segurança alimentar da população no contexto da pandemia (GALINDO; TEIXEIRA; ARAÚJO; MOTTA; PESSOA; MENDES; RENNÓ, 2021, p. 4).

Some-se a isto a questão da inflação de alimentos, que atinge profundamente a população mais pobre. De fato, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, foi de 4,52%, sendo que alimentos e bebidas subiram 14,09%. E, no que diz respeito aos itens mais importantes da cesta básica, o aumento foi muito maior: óleo de soja (103,79%), arroz (76,01%), batata inglesa (67,27%), tomate (52,76%), frutas (25,4%) e carnes (17,97%) (GALINDO; TEIXEIRA; ARAÚJO; MOTTA; PESSOA; MENDES; RENNÓ, 2021, p. 4). Segundo o relatório da *Food for Justice*, no que diz respeito ao arroz, por exemplo, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) apontou alguns fatores que levaram ao aumento extraordinário dos preços:

---

<sup>3</sup> Referência à Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE.

Primeiramente, houve aumento das exportações e diminuição da importação (...) nos oito primeiros meses de 2020. (...) Em segundo lugar, houve alterações nos hábitos de consumo de alimentos, devido ao isolamento social, criando uma tendência de estocagem domiciliar, com conseqüente aumento da procura por produtos básicos. Em terceiro lugar, a produção brasileira de arroz tem permanecido relativamente estagnada, em grande medida pela priorização do agronegócio na produção de commodities internacionais para exportação (...), em detrimento da produção de alimentos. O quarto fator é a tendência de redução política de estoques nacionais a partir da safra 2013/2014 (...) (GALINDO; TEIXEIRA; ARAÚJO; MOTTA; PESSOA; MENDES; RENNÓ, 2021, p. 4).

Diante disso, médicos têm alertado para o fato de que a fome fragiliza o sistema imunológico, deixando 19 milhões de brasileiros que padecem de fome mais vulneráveis ao vírus Sars-CoV-2, responsável pela Covid-19. Ou seja: se não se combater a fome, a pandemia tenderá a se agravar de maneira exponencial, notadamente entre a população mais pobre. Recordando um lema da nutrologia, o médico Durval Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN), enfatizou: *“qualquer que tenha sido o pai de uma doença, a mãe foi uma dieta deficiente”* (BBC NEWS, 26/5/2021).

Como se vê, estamos diante de uma tragédia humanitária. E considerando ainda as 579.328 mortes por Covid-19 até 29 de agosto de 2021 (EXAME, 8/29/2021), com a conseqüente desarticulação de famílias inteiras em virtude do desaparecimento do provedor, tem-se uma situação quase impensável em termos de dor, sofrimento e fome.

## Considerações finais

Nesse quadro, é preciso lembrar a figura do médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro, um dos primeiros a tratar da fome como uma questão econômica, política e social, e que dedicou sua vida e sua obra a combater o flagelo. Famoso e respeitado no mundo inteiro, pelo menos no Brasil Josué de Castro permanece um tanto esquecido. E isto não ocorre por acaso. A questão, a nosso ver, está ligada muito mais às suas idéias, que incomodavam (e ainda hoje incomodam) vastos segmentos de nossa sociedade.

De fato, Josué de Castro salientava ser este um assunto quase maldito, porquanto as classes dominantes, em todas as nações, sempre preferiram fingir que o problema não existe. Assim, considerava a fome como uma verdadeira *“praga fabricada pelo homem”*, que leva à erosão do potencial humano e, conseqüentemente, fecha seus flagelados num círculo vicioso. Como solução para o drama, defendia o desenvolvimento econômico, baseado numa real distribuição da

riqueza e do lucro entre o conjunto da população. Não considerava o subdesenvolvimento como mera ausência de desenvolvimento, mas, sim, como resultado de um processo que não prioriza o homem e as regiões mais pobres, apenas se preocupa em aumentar os lucros dos muito ricos. Defendia uma reforma profunda da economia e do comércio mundiais, que deveriam se voltar para os interesses gerais. E mesmo com todo o prestígio internacional que adquiriu ao longo da vida, foi cassado e obrigado a se exilar pela ditadura militar implantada no Brasil em 1964. Mas jamais perdeu a esperança de que mudanças reais e profundas pudessem de fato vir a acontecer. Porém, a História mostraria que essa esperança seria, pelo menos por muito tempo, vã. Hoje, passados mais de 70 anos da publicação de *Geografia da Fome* e de *Geopolítica da Fome* (CASTRO, 2001; CASTRO, 1957), e depois do sucesso da Revolução Verde e da pílula anticoncepcional, o que se tem é a manutenção da fome para um contingente enorme de pessoas.

Diante disso, neomalthusianos de todos os matizes voltam a preconizar a necessidade de controle populacional como fórmula única para a solução do problema. Desconsideram que os demais requisitos apontados por Josué de Castro para combater as limitações ao abastecimento de alimentos para toda a população – a reformulação da estrutura fundiária e a mudança nos padrões de controle do comércio internacional, além da necessidade de fornecimento de ajuda efetiva aos países subdesenvolvidos – não foram sequer tocados.

Lembrar, pois, Josué de Castro, recuperar sua obra e sua luta, é de extrema importância, caso se deseje realmente obter transformações fundamentais nas sociedades contemporâneas, libertando-as do jugo do capital financeiro e voltando as potencialidades do planeta para a promoção real do desenvolvimento. E a prolongada crise econômica atual, agravada pela pandemia de Covid-19, fornece uma excelente oportunidade histórica para que muitos países possam alterar as diretrizes de suas políticas econômicas, orientando-as para os verdadeiros interesses e as necessidades de suas populações, e não mais do capital financeiro internacional, cujas práticas deletérias estão sendo, mais uma vez, sobejamente demonstradas. E, no caso específico do Brasil, diante dos números assustadores de mortos e famintos, essa tarefa é mais do que necessária: é imprescindível. Portanto, recordar Josué de Castro, atribuir-lhe o merecido lugar entre os grandes intelectuais brasileiros e, mais que tudo, recuperar suas ideias, é tarefa das mais prementes, principalmente se quisermos realmente transformar o País e colaborar para que a humanidade ultrapasse o seu maior flagelo, que é a fome.



## Referências bibliográficas:

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas, segundo FAO* (16/9/2014) (disponível em: <mds.gov.br/área-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>, acesso em 24/5/2021).

CAMPELLO, Tereza. É possível enfrentar e superar a fome. De novo. *Focus Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 19/7/2021, n° 19, p. 16 (disponível em: <fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Focus17Jul2021.pdf>, acesso em: 20/7/2021).

CASTRO, Josué de. *As condições de vida das classes operárias do Recife*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade/Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, 2 v.

Como a fome deixa 19 milhões de brasileiros mais vulneráveis à covid-19: Não há sistema imune que resista. *BBC News Brasil*, 23/5/2021 (disponível em: <bbc.com/portuguese/geral-57055627>, acesso em 26/5/2021).

DOU. *Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021* (disponível em: <in.gov.br/em/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.39-de-18-de-marco-de-2021-309292254>, acesso em: 27/5/2021).

FAO. *El estado de inseguridad alimentaria en el mundo (2014)* (disponível em: <fao.org/3/i4030/i4030s.pdf>, acesso em: 24/5/2021).

*Folha de S. Paulo*, 12/11/2020 (disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/pobreza-extrema-afeta-137-milhoes-brasileiros-diz-ibge.shtml#:~:text=De%20acordo%20com20%20IBGE.a%20met...>, acesso em 26/5/2021).

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*. Food for Justice Power; Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021, Working Paper 4 (disponível em: <lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-for-justice/publications1/Publikationsliste\_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html>, acesso em 27/5/2021).

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua* (disponível em: <ibge.gov.br/estatísticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\_source=landin...>, acesso em: 24/5/2021).

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

*Isto é Dinheiro*, 27/11/2020 (disponível em: <[istoedinheiro.com.br/ateo-o-fim-de-2020-veja-aqui-todas-as-datas-do-auxilio-emergencial/](http://istoedinheiro.com.br/ateo-o-fim-de-2020-veja-aqui-todas-as-datas-do-auxilio-emergencial/)>, acesso em: 27/5/2021).

MALUF, Renato Sérgio Jamil (Coord.). Projeto VIGISAN. *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, 2021 (disponível em: <[pesquisassan.net.br/olheparaafome](http://pesquisassan.net.br/olheparaafome)>, acesso em 27/5/2021).

Não é doença, é fome. *El País*, 24/5/2021 (disponível em: <[brasil.elpais.com/brasil/2021-05-24/não-e-doenca-e-fome.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-24/não-e-doenca-e-fome.html)>, acesso em: 24/5/2021).

ONU News, 5/10/2015 (disponível em: <[news.un.org/PT/áudio/2015/10/1149521](http://news.un.org/PT/áudio/2015/10/1149521)>, acesso em: 27/5/2021).

País registra 298 mortes por covid em 24 h, diz ministério. *Exame*, 29/8/2021 (disponível em: <[exame.com/Brasil/pais-registra-298-mortes-por-covid-em-24h-diz-ministerio/](http://exame.com/Brasil/pais-registra-298-mortes-por-covid-em-24h-diz-ministerio/)>, acesso em: 8/30/2021)

SILVA, Tânia Elias Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1998. Tese de Doutorado.